



Câmara Municipal de São Paulo

Liderança do PTB

JUSTIFICATIVA

PL 399/09

O presente projeto de lei pretende garantir e ampliar, no plano do Município de São Paulo o direito dos cidadãos a uma Administração transparente, de acordo com os princípios democráticos e republicanos que embasam a atual ordem constitucional.

Já no século XIX o Presidente norte americano Abraham Lincoln definiu a democracia como “o governo do povo, pelo povo e para o povo.”

A Constituição Brasileira de 1988 reafirmou que o Brasil se organiza como um Estado Democrático de Direito no qual todo o poder emana do povo. Ou seja, o poder democrático só se justifica como um poder funcional, um poder que o povo atribui às instituições governamentais para realizar tarefas em benefício do próprio povo. Nesse sentido, o Estado não pode ser pensado como “senhor”, mas como “servo” da sociedade.

No entanto, não é incomum que esse poder se afaste de seus fins, fato facilitado por seu funcionamento, dada sua tecnicidade e complexidade.

Hoje, uma das grandes lutas democráticas é a que se trava pela transparência do exercício das funções governamentais, especialmente aquelas mais técnicas e que, por isso, estão mais distantes do cidadão comum. Trata-se, neste projeto de lei, de se viabilizar uma Administração, ao menos no âmbito paulistano, de uma transparência efetiva. Note-se que, apesar da Constituição Federal, da Constituição Paulista e da Lei Orgânica do Município enfatizarem a necessidade de transparência, precisamos de instituições que permitam torná-la concreta.

O difícil de resolver nessa questão não é apenas colocar os dados da Administração no Internet, mas colocá-los de forma racional, coerente e simplificada, sem códigos, para ser acessível aos leigos. Impõe-se, principalmente, auxiliar o cidadão, enquanto fiscalizador, a aprender a fazer uma fiscalização que dê resultados.

De acordo com Warren Krafchik, coordenador do Índice de Transparência Orçamentária: “Em países com menos transparência, as oportunidades para corrupção, gastos ineficientes e inapropriados de dinheiro público crescem. As chances são maiores porque as informações são insuficientes. Pouca transparência significa mais pobreza e isso afeta a todos.” A propósito de exemplos positivos de transparência esse pesquisador declara:

“O necessário são documentos disponíveis de fácil leitura que permitam a compreensão dos estágios do processo orçamentário até o pagamento final. O que importa é como os países ajudam os cidadãos a entender por que o Orçamento e os fundos públicos são importantes.” (Folha de S.Paulo, 4 de maio de 2009, p.8A)

Face ao exposto, apresentamos o seguinte projeto de lei considerando-o um passo decisivo no aprofundamento da transparência, logo, de uma efetiva democratização de nosso Município, motivo pelo qual pedimos sua aprovação aos Nobres Vereadores desta Câmara Municipal.

